

“A revolução legalista”: as representações do golpe civil-militar nos jornais *O Dia* e *O Dominical* (1961-1965)¹

“The legalist revolution”: the repercussions of the civil-military coup in the *O Dia* and *O Dominical* (1961-1965)

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista

Graduado em Licenciatura Plena em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
joelmarcosbrasil@gmail.com

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Doutor em História Social
Universidade Federal Fluminense (UFF)
franciscoufpi@gmail.com

Recebido: 07/02/2023

Aprovado: 23/10/2023

Resumo: O artigo visa analisar as representações produzidas pelos jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, sobre o golpe civil-militar de 1964. Como objetivo específico foi investigado a maneira que os jornais repercutiram as reformas de base, golpe de 64 e o governo ditatorial que foi instalado. A questão norteadora da investigação histórica tratou do uso do termo “Revolução” como construção linguística e discursiva, referente aos acontecimentos que resultaram na deposição do presidente João Goulart. Foram utilizados os jornais *O Dia* e *O Dominical* como fontes históricas. A metodologia utilizada instrumentalizou a produção hemerográfica com abordagem qualitativa, bibliográfica e de análise do discurso. Além disso, a pesquisa foi feita tendo como principais referências teóricas: Bourdieu (1989), Certeau (1998), Castro (2022), Motta (2021), Napolitano (2020) e Oliveira (2008 e 2020).

Palavras-Chave: Revolução; Golpe de 64; Imprensa piauiense.

Abstract: The article aims to analyze the representations produced by the newspapers *O Dia* and *O Dominical*, from Piauí, about the civil-military coup of 1964. The specific objective was to investigate the way the newspapers reported on the base reforms, the coup of 1964 and the dictatorial government that was installed. The guiding question of the historical investigation was about the use

¹ Essa pesquisa foi financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

of the term “Revolution” as a linguistic and discursive construct, referring to the events that resulted in the deposition of President João Goulart. The newspapers *O Dia* and *O Dominical* were used as historical sources. The methodology used instrumentalized the hemerographic production with a qualitative, bibliographic, and discourse analysis approach. In addition, the research was carried out using as main theoretical references: Bourdieu (1989), Castro (2022), Certeau (1998), Motta (2021), Napolitano (2020) e Oliveira (2008 e 2020).

Keywords: Revolution; Coup of 1964; Press piauiense.

Introdução

Neste trabalho foi realizada uma investigação histórica, referente à atuação dos jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical* durante o golpe civil-militar de 1964², salientando como difundiam para os leitores piauienses os acontecimentos que levaram ao golpe de 1964 e os significados das representações discursivas produzidas por esses periódicos, os quais utilizaram a expressão: “Revolução”³ como semântica “democrática” e “legalista”.

O recorte temporal escolhido começa em 1961 por ser o ano do início do governo João Goulart (1961-1964). Iniciamos nesse ano para entender de que maneira os jornais *O Dia* e *O Dominical*, representavam o governo Goulart, especialmente, acerca das suas propostas relativas às reformas de base⁴. O recorte temporal termina no ano de 1965, pois visamos constatar como esses dois jornais difundiam as notícias sobre o governo civil-militar no “calor” do momento.

As representações discursivas dos jornais foram analisadas de acordo com o conceito de “lugar social” defendido pelo historiador Michel de Certeau (1998), o qual defende a produção de um discurso textual como uma apropriação e reapropriação feita pelos autores do discurso construído a partir da relação de um: “[...] presente relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações [...]” (CERTEAU, 1998, p.40), ou seja, o discurso produzido é influenciado pelo contexto e pelo lugar, no qual o autor do

² Consideramos o golpe de 64, um golpe civil-militar pois apesar do golpe ter sido deflagrado pelos militares, teve forte apoio de setores da “grande” imprensa, empresariado, parlamentares, governadores, membros do Poder Judiciário, setores da Igreja Católica, entre outros (FERREIRA; GOMES, 2014, p.355-374).

³ Utilizaremos o termo Revolução em alusão ao golpe de 64, não porque concordamos que o episódio de 1964 foi uma revolução, mas porque foi assim que os jornais analisados na pesquisa, representavam e difundiam as notícias referentes ao golpe civil-militar e ao governo civil-militar.

⁴ As reformas de bases propostas pelo Presidente João Goulart, eram um conjunto de reformas que englobavam o setor agrário, bancário, eleitoral, tributário, educacional, urbano e político.

discurso está inserido, sendo que a partir desse ponto de partida, é estabelecido o público-alvo a ser atingido.

Além desse conceito, utilizamos o de “cultura política” operacionalizado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2018), que a define como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhadas por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado [...]” (MOTTA, 2018, p.114), isto é, como práticas culturais utilizadas politicamente que são identificadas e legitimadas pelo costume e pela sociedade.

O conceito de “cultura política” foi utilizado para entender a relação dos jornais *O Dia* e *O Dominical* com o governo ditatorial, visto que as representações propagadas sobre o governo Goulart, o golpe de 64 e o governo civil-militar estão inseridas numa “cultura política” do país com o predomínio de práticas autoritárias, anticomunistas, conservadoras e excludentes. Ademais, foi salientado as singularidades específicas do Estado do Piauí para entender o “lugar social”, no qual os proprietários dos jornais e os colunistas dos jornais estão inseridos, destacando como esses jornais, de um Estado da região Nordeste, repercutiram os eventos de nível nacional, bem como os representavam para os seus leitores.

Na seleção das fontes hemerográficas, priorizamos os jornais *O Dia* e *O Dominical*, por serem dois periódicos de grande circulação – no estado – e relevância na sociedade piauiense. O primeiro foi um jornal alinhado a um perfil empresarial, liberal, por ter se tornado diário e ter uma postura alinhada aos setores conservadores da sociedade piauiense. Em contrapartida, o jornal *O Dominical*, apesar de ser um semanário publicado aos domingos, foi um periódico vinculado à Igreja Católica do Piauí, sendo utilizado como um instrumento para instruir os fiéis sobre nos ditames da Igreja, uma vez que, num estado com a população majoritariamente católica – mais de 90% da população – acreditamos na sua relevância por causa do forte “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989) que a Igreja possui na população.

A metodologia da análise das fontes hemerográficas foi utilizada segundo o proposto pela historiadora Maria Helena Rolim Capelato (2015), a qual defende que a análise do jornal como fonte de pesquisa, deve ter em vista as “[...] circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores [...]” (CAPELATO, 2015, p.115).

Diante disso, vale contextualizar e historicizar o período analisado, investigar o papel dos jornais *O Dia* e *O Dominical* no Governo Goulart (1961-1964), sua posição perante o golpe civil-militar e a forma autoritária em que foi instalado a ditadura civil-militar⁵, com a abordagem dos interesses políticos e econômicos em disputa, para entender o porquê da utilização do termo “Revolução” empregado por esses dois veículos de comunicação piauienses como forma de legitimar o golpe de 1964 para a sociedade.

O governo Goulart e a reação conservadora no Estado do Piauí (1961-1964)

O governo de João Goulart foi marcado pelo radicalismo e polarização política entre as esquerdas⁶ e a direita⁷, sobretudo, por causa da bandeira das propostas pelas reformas de base, defendida pelo então presidente e as esquerdas, na qual propunha uma ampla reforma econômica e social, com o objetivo de “[...] alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento [...]” (DELGADO e PASSOS, 2007, p.102). As propostas de reforma estavam em torno da tentativa de resolver os problemas de ordem educacional, social, econômica e política através da intervenção estatal.

Em contraponto, os setores liberais-conservadores ou a direita, defendiam um programa de desenvolvimento econômico: “[...] arrojado, internalizado, menos voltado para a produção de artigos

⁵ Consideramos a ditadura que foi instalada em 1964, uma ditadura civil-militar, pois apesar do predomínio dos militares nos cargos de alto escalão, do presidente ser militar, a ditadura teve apoio de setores civis, que pode ser observado pela atuação do parlamento através da Arena, com os tecnocratas que estavam dentro do governo ditatorial em âmbito federal e estadual, setores do empresariado que foram beneficiado com as políticas econômicas do governo, a “grande” imprensa que aderiu aos ideais autoritários do governo, dentre outros, apesar do protagonismo ser dos militares. Para mais informações indicamos: Reis Filho (2014, p.75-110).

⁶ Chamamos de esquerdas, os grupos sociais que defendiam as reformas de cunho nacionalista e social, sejam: os sindicatos, as ligas camponesas, o clero e os leigos ligados ao movimento católico progressista, os socialistas, os comunistas, os militares nacionalistas, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), os parlamentares do PTB e de outros partidos que aderiram ao projeto de reformas sociais. Utilizamos a expressão “esquerdas” porque apesar de estarem unidas pelas propostas de mudanças sociais, diferenciavam-se na sua abrangência, método e muitas vezes disputavam entre si, como no caso: o PTB, o PCB e as Ligas Camponesas. Para um aprofundamento indicamos: Delgado (2003, p.127-154).

⁷ A direita, escolhemos utilizar o singular pois os seus segmentos apesar de não serem homogêneos estavam mais unidos ideologicamente, defendendo o anticomunismo, o liberalismo econômico, a tradição “cristã” e contrários a quaisquer medidas de reforma radical que abalasse as estruturas sociais. Seus principais representantes eram os grupos formados por liberais-conservadores que eram formados por latifundiários, militares vinculados a Escola Superior da Guerra, setores do empresariado nacional e multinacional ligados ao mercado financeiro e políticos da UDN. Para um aprofundamento indicamos: Delgado (2003, p.127-154).

destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para a implementação da indústria de ponta; por outro, para a preservação da estrutura agrária do país [...]” (*Ibidem*, p.102-103), ou seja, eram favoráveis às reformas que eram simultaneamente modernizadoras economicamente, mas profundamente conservadoras do ponto de vista social e político, visando não abalar as estruturas sociais vigentes.

Nesse ambiente de incertezas e radicalização política, os grupos liberais-conservadores, segundo o historiador Napolitano, mobilizaram-se utilizando a imprensa brasileira, para construir e consolidar a leitura de que o Brasil estava sob ameaça da “comunização” e que os agentes desse processo estavam: “[...] no coração do poder, ou seja, na própria Presidência da República [...]” (NAPOLITANO, 2020, p.46). Essa representação discursiva para o historiador, foi utilizada pelos conservadores que apropriaram o discurso anticomunista da Guerra-Fria, de forma a deslegitimar o governo de João Goulart e colocá-lo como: perigoso à democracia e à própria sociedade, devido a sua ligação com os supostos “comunistas” que pretendiam “cubanizar” o Brasil.

O historiador Motta, defende que apesar da ênfase oportunista dos setores conservadores na difusão superdimensionada do comunismo, existiram grupos sociais e indivíduos que acreditavam na existência de um risco real às suas tradições e crenças, dado que a aversão da sociedade ao comunismo foi impulsionada pelo medo de que “se” os comunistas chegassem ao poder, poderiam ameaçar seus valores religiosos e familiares, contudo, reiteramos que não excluimos a existência de grupos sociais específicos que aproveitaram-se do medo da sociedade com o comunismo para combater qualquer tipo de reforma que pudesse ocasionar mudanças nas estruturas sociais da sociedade (MOTTA, 2014, p.10).

O anticomunismo faz parte da “cultura política” brasileira manifestada segundo o pesquisador historiador Motta a partir da Revolução Russa (1917-1921), porém, foi cristalizado com a Intentona Comunista (1935), dando origem a construção “[...] de um conjunto de representações anticomunistas, com base em imagens fortes como violência, traição, covardia, estupro e práticas imorais [...]” (*Ibidem*, p.18), já que na conjuntura da Guerra-Fria, a pós-revolução cubana intensificou o imaginário anticomunista na sociedade, especialmente, em virtude do conservadorismo de setores sociais – como a Igreja, empresários, imprensa e instituições políticas – perante ao fortalecimento das reivindicações dos movimentos sociais no governo João Goulart.

As propostas de reformas de base, no Estado do Piauí, sofreram uma forte oposição das elites conservadoras, tendo como agravante a permanência dos grandes latifúndios nas mãos de poucas pessoas desde a instalação das primeiras fazendas de gado durante a colonização⁸. De acordo com o censo de 1960, a população do Piauí alcançava 1.242.146 habitantes, com apenas 285.566 residentes na zona urbana, isto é, aproximadamente 77% dos piauienses estavam dispersos nas grandes fazendas da zona rural (MENDES, 2003, p.332). Para os trabalhadores sem-terra obterem acesso era difícil em consequência da “[...] à sua pobreza e à persistente concentração territorial pelos latifundiários, que tinham interesse em manter a mão subalterna [...]” (OLIVEIRA, 2020, p.203).

Além disso, segundo o censo demográfico de 1960, o nível de alfabetização era baixo, dos 1.242.126 habitantes, apenas 230.264 pessoas sabiam ler e escrever (*Ibidem*, p.20). Somado a isso, o Piauí como os demais Estados da região Nordeste, possuía o predomínio do latifúndio e uma urbanização itinerante sem a presença de indústrias, consolidando-se como um dos estados mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico.

Segundo Oliveira a sociedade piauiense era marcada pelo clientelismo e patrimonialismo nas ofertas de cargos públicos, acarretando num aumento da violência, perseguições, prisões e ameaças em períodos de disputas eleitorais, sendo que a polícia local estava subordinada aos latifundiários locais (*Ibidem*). Nesse sentido, podemos concluir que a situação do trabalhador urbano e rural estava completamente influenciada pelos interesses particulares dos latifundiários, os quais eram os “donos do poder”.

O historiador Castro defende que foi entre a década de 1950-1960, no cenário de incertezas com o processo de modernização impulsionado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de crise econômica que no Estado do Piauí foi vislumbrado “[...] um maior protagonismo político dos trabalhadores por meio de seus sindicatos e categorias associativas [...]” (CASTRO, 2022, p.25). Foi nesse contexto que os grupos tradicionais reagiram contra quaisquer medidas que visassem mudanças na ordem estabelecida, especialmente, as relacionadas ao trabalhador rural.

No Piauí, como no Brasil em nível nacional, os grupos conservadores e tradicionais do estado, criaram e difundiram uma visão superdimensionada da “ameaça comunista” no espaço

⁸ A permanência dos latifúndios nas mãos de poucas pessoas no Piauí, foi resultado de sua formação colonial que estava relacionada ao alargamento das fazendas de gado para o exercício da atividade da pecuária extensiva.

piauiense, vinculando qualquer reforma ou medida de caráter trabalhista como “[...] ameaça subversiva à ordem pública [...]” (*Ibidem*, p.157). Nesse viés, vale investigar como os dois jornais selecionados – *O Dia* e *O Dominical* – refletiram essa reação conservadora às políticas reformistas do governo Goulart.

As reformas de base representadas nos jornais *O Dia* e *O Dominical* (1961-1964)

Na análise, observamos que os jornais piauienses foram impactados com as mudanças no método que o jornalismo brasileiro em nível nacional na conjuntura da década de 1950-1960 estava passando, visando à sua “objetividade” e “neutralidade”. A pesquisadora Nilsângela Cardoso Lima (2015), salienta que a imprensa estava passando por uma fase de modernização pautada na informação, intermediado de notícias e notas objetivas, a qual visava evitar o “[...] comprometimento político partidário de forma explícita do jornal a fim de validar a sua credibilidade como veículo de verdade dos fatos [...]” (LIMA, 2015, p.77), entretanto, as representações discursivas produzidas pela imprensa piauiense, não escapava das “[...] amarras que os prendia financeiramente aos partidos políticos e historicamente à tradição jornalística de publicar matérias opinativas marcadas pelo partidarismo exaltado [...]” (*Ibidem*, p.79).

A imprensa piauiense, principalmente, os jornais impressos, possuíam estreitas vinculações políticas partidárias, seja pelo partido político em que o diretor ou proprietário do veículo de comunicação estava vinculado, seja pelos grupos políticos que financiavam os periódicos. Esses veículos de comunicação representavam os acontecimentos, conforme as suas visões ideológicas, especialmente, nas matérias informativas e artigos de opinião, explicando o significado de ideologias, medidas políticas e situação global do mundo, segundo a corrente ideológica-partidária que o grupo editorial do jornal estava associado.

O jornal piauiense *O Dia*, foi fundado em 1951 tendo como proprietário até o ano de 1963, Raimundo Leão Monteiro, vinculado ao grupo político do Partido Trabalhista Brasileiro– PTB – do estado do Piauí, entretanto, a partir de 1963 o jornal foi arrendado e, posteriormente, comprado pelo coronel Octávio Miranda (1912-2002), oficial militar, grande empreendedor e influente no meio

político piauiense, especialmente, com os políticos da União Democrática Nacional – UDN – em nível estadual.

O jornal *O Dia* no início foi um noticioso semanal e não possuía condições de imprimir uma publicação diária devido ao seu baixo orçamento, contudo, a partir do arrendamento feito pelo coronel Octávio Miranda, o noticiário experimentou um grande impulso, com a publicação de periódicos diários para a população – a partir de fevereiro de 1964 – tornando-se o primeiro jornal diário do Piauí. Ademais, o jornal foi completamente reestruturado, no sentido de possuir uma organização editorial parecida com a presenciada pelos jornais cariocas, por intermédio do processo de modernização do jornalismo na década de 1950, possuindo uma diversidade de colunas desde noticiários sociais, gêneros femininos – escrita por mulheres conservadoras – esportivos, literários, filosóficas e políticos, os seus periódicos possuíam 8-12 páginas (OLIVEIRA, 2007, p.55-56).

Outrossim, o jornal *O Dia* difundiam nos seus periódicos os ideais do liberalismo econômico, a manutenção do *modus operandi* governamental e das estruturas sociais, sendo contrário à proposta de reformas de base do Governo Goulart, superdimensionando notícias acerca da “ameaça comunista”. Como podemos observar nesse seguinte trecho:

Ouve-se por tôda a República a atoarda pelas reformas de base. [...]. O que se assiste nêste País, onde a terra farta espera recursos e braços capazes para o trabalho organizado de produção – o que se assiste, é a demagogia dando corpo e asas à subversão política e social – prenúncio histórico das ditaduras tirânicas e dos imperialismos ideológicos, tirando a calma do povo é batendo às portas dos cidadãos e da Nação que se vê, que se descamba na anarquia [...] (O DIA, 15/02/1964, p.3)

Na coluna escrita pelo colunista Simplício de Sousa Mendes⁹, percebe-se a oposição às propostas de reforma de base defendida pelo então presidente Goulart, sendo descritas como: “demagogia” que visa enganar e mobilizar a população para a subversão política e social, isto é, as

⁹ Simplício de Sousa Mendes (1882-1971), era natural de União, filho de um coronel local, foi magistrado, professor, jornalista, Juiz de Direito, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí, presidente da Academia piauiense de Letras (1951-1971), era anticomunista assumido, contrário às políticas que mudassem as estruturas sociais, foi um dos principais colunistas do jornal *O Dia*, após o arrendamento do coronel Octávio Miranda, apesar de escrever em outros jornais piauienses (OLIVEIRA, 2007, p.92-93). Foi um dos principais colunistas do jornal *O Dia*, a espalhar representações anticomunistas nas suas colunas opinativas, que serviram tanto para disseminar um ambiente de medo ao governo Goulart, como para legitimar a ditadura civil-militar e suas medidas arbitrárias.

reformas de base serviriam apenas como pano de fundo do governo Goulart que objetivava enganar a população, para implantar um governo comunista.

Essa representação discursiva está inserida na conjuntura de radicalização entre as esquerdas e a direita, na qual os grupos conservadores que tinham por objetivo desgastar o governo, espalhavam representações anticomunistas, acusando-o de “subversão”. Apesar do discurso ter sido escrito por um colunista específico, essas representações expressam a opinião do noticioso *O Dia* sobre a temática, pois esses discursos produzidos pelos colunistas no jornal, fazem parte de um “discurso permitido”¹⁰, pela equipe editorial do jornal e dos grupos por ele representado.

A intensificação do cenário da radicalização política nacional com a organização do Comício da Central do Brasil¹¹, foi ecoada no Estado do Piauí, o jornal *O Dia* em diversas colunas, critica o Comício superdimensionando representações sobre a “ameaça vermelha”, como podemos observar no seguinte fragmento:

O comício do dia 13 ... atingiu plenamente a todos os seus objetivos de pregação populista de agitação a subversão da ordem e da legitimidade democrática. [...]. É preciso que a *esquerda nacionalista* dos trabalhadores da cidade e os camponeses do ruralismo brasileiro proclamem a independência e sindicalizem, soviétizem as liberdades, de que o Brasil carece para regenerar-se. [...] O povo quer *reformas*, mas repele a desordem, a subversão, a violência – as soluções atentatórias da Constituição e das leis [...]. (O DIA, 15/03/1964, p.3).

O teórico Foucault alerta que nenhum discurso é aleatório ou inocente, relacionando com a coluna escrita pelo Simplício Mendes começando pelo título *Estado Maior de Subversão*, somado com as expressões “agitação”, “subversão a ordem”, “soviétizem as liberdades”, “o povo repele desordem”, essas palavras possuíam uma lógica e um respaldo social, com o objetivo de construir na sociedade uma leitura que o Governo Goulart e as esquerdas pretendiam subverter a legalidade democrática e instaurar uma ditadura comunista (FOUCAULT, 1996, p.7-8). As representações foram a posteriori fundamentais para legitimar e justificar perante a opinião pública a intervenção das Forças Armadas.

¹⁰ Segundo o teórico Foucault (1996), os discursos são produzidos por regimes de verdade, isto é, os discursos possuem uma ordem, não são produzidos e materializados sem a presença de inúmeros procedimentos que visam o seu controle.

¹¹ O Comício da Central foi utilizado pelas esquerdas, com o objetivo de impulsionar as organizações populares, favoráveis à causa nacional-reformista, visando ser uma demonstração de força aos adversários conservadores que se opunham às reformas de base.

O historiador Castro salienta que o jornal *O Dia*, além de ser um periódico que se opôs frontalmente às pautas reformista, nos momentos anteriores do golpe de 64, uma intensificação da publicação de “[...] textos sobre a “ameaça” a que estavam suscetíveis os brasileiros e a necessidade de uma tomada de posição favorável à “democracia” e aos “valores cristãos” [...]” (CASTRO, 2022, p.164).

A construção de representações que faziam a oposição entre democracia x comunismo, também foram fundamentadas nos valores cristãos da sociedade. Na difusão das representações anticomunistas, o discurso religioso foi utilizado para legitimar a ordem social vigente, evocando a fé cristã como baluarte da civilização ocidental, esses discursos anticomunistas utilizavam a religião para justificar a “[...] conservação da ordem social, assim como também aceitava o direito da propriedade privada como natural [...]” (OLIVEIRA, 2008, p.131), para embasar que o comunismo era uma ideologia maléfica por não respeitar a ordem natural religiosa. Esses discursos difundidos num contexto de radicalização serviam para difundir um ambiente de medo visando deslegitimar o governo petebista.

Em oposição ao Comício da Central, os grupos liberais-conservadores organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade¹² que aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, em defesa de “Deus, pátria e família”, as repercussões dessa manifestação conservadora foi registrada nos periódicos do jornal *O Dia*:

Foi verdadeiramente apoteótica a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo, anteontem. [...]. MAS o apoio dos paulistas à democracia não deve apenas ser admirado e exaltado. É necessário que em tôda parte nos organizemos e unamos nosso esforço visando a realizar demonstrações de repúdio àqueles que querem escravizar a Pátria comum, conduzindo-a a caminhos materialistas e ditatoriais. Família piauiense: Unidos por Deus e pela Liberdade. (O DIA, 21/03/1964, p.8).

Na fonte discursiva do editorial do jornal *O Dia*, é nítida a exaltação da movimentação de setores da sociedade paulista contra o governo e as esquerdas, no movimento conhecido como: “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que expressa um nítido caráter anticomunista mergulhado por princípios religiosos cristãos. No trecho do noticioso *O Dia*, é evidente a utilização

¹² A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi uma reação conservadora, liderada especialmente, pelas mulheres – donas de casa – com o apoio de lideranças civis e religiosas, manifestando-se contra a possível comunização do país.

do episódio da “Marcha” para apontar a reação da sociedade em prol da “democracia”, abordando a dualidade entre democracia e comunismo, presente nas expressões “escravizar”, “caminhos materialistas e ditatoriais”, explorando as sensibilidades religiosas da população piauiense, visto que a mensagem do jornal termina com uma mensagem de apelo em nome de “Deus pela liberdade”.

Podemos através da análise considerar que o jornal *O Dia*, foi um noticioso piauiense que foi impactado pelos debates nacionais referentes às reformas de base, sendo oposição às medidas que mudassem o *status quo* em que a sociedade estava inserida, disseminando representações acerca da ameaça comunista visando deslegitimar e enfraquecer o governo Goulart.

Em contrapartida, *O Dominical* diferenciava-se dos demais jornais piauienses do período, por não possuir vinculação político-partidária. Segundo Oliveira, *O Dominical* foi o órgão oficial dos meios de comunicação da Igreja Católica no Estado do Piauí, que assumiu “[...] a tarefa de orientador espiritual, apontando a forma de relação ideal que os fiéis deveriam ter com a Igreja Católica [...]” (OLIVEIRA, 2014, p.112), isto é, tornou-se o mecanismo de reafirmação das mensagens e da doutrina da Igreja, pretendendo guiar os fiéis da sociedade piauiense, divulgando as notícias segundo a visão católica dos acontecimentos.

A posição política do *O Dominical* estava alinhado com a posição da Arquidiocese do Estado do Piauí, sob a liderança do Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela¹³, que em seu governo arquidiocesano representou uma “nova era” da Igreja Católica no Estado, sendo expressa a sensibilidade social nos seus periódicos, destacando as importâncias da execução das reformas, entretanto, não entendemos essa atitude da Arquidiocese ou do periódico religioso como uma posição isolada causada unicamente pelo Arcebispo Dom Avelar, mas sim, uma posição que estava dialogando com as posturas da Igreja em nível nacional e no Brasil¹⁴.

¹³ Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986) foi um cardeal brasileiro, atuou como Bispo de Petrolina (1946-1955), Arcebispo de Teresina (1956-1971), Arcebispo de Salvador (1971-1986), Presidente do Concílio Episcopal Latino-Americano (1966-1972), foi elevado ao cargo de Cardeal em 1973. Seu governo arquidiocesano em Teresina, foi marcado por uma postura eclesial marcada pela preocupação e engajamentos sociais com os problemas sociais das populações carentes. Para um aprofundamento sobre Dom Avelar, recomendamos a leitura de: Carvalho (2010).

¹⁴ A Igreja Católica estava na década de 1950-1960 passando por um reposicionamento sobre os problemas sociais, visando continuar a manter a influência no mundo moderno em meio ao secularismo crescente, contudo, não entendemos essa postura apenas como reação ao comunismo, mas como uma forma da Igreja está presente na sociedade em meio a modernização da sociedade ocidental. Indicamos a leitura de Delgado e Passos (2007, p.93-112).

Diferente do jornal *O Dia*, esse jornal não foi oposição às propostas de reformas de base do governo Goulart, inclusive observamos que o periódico as defendia e as incentivava por causa da preocupação do bem estar espiritual e material da população mais carente:

[...] Convenhamos que ainda sofremos o problema da má distribuição de terras e que os latifúndios aí estão a maioria improdutivos. Mas o problema não se limita a existência dos latifúndios, de que não defendemos a intocabilidade. [...]. E não somos contrários às Reformas de Base proclamadas pelo govêrno, entre a quais se colocam a Reforma Agrária. Importantíssimas, também para o desenvolvimento econômico e a melhor distribuição de riquezas são as Reformas Bancária e Tributária. Não nos conformamos é com a disposição do Govêrno em modificar o texto constitucional, porque, sem modifica-lo é mais do que um precedente aberto; porque representa um assalto do Poder Público, de ordem ideológica, que poderá nos trazer graves consequências [...]" (O DOMINICAL, 07/07/1963, p.1)

No excerto do jornal *O Dominical*, apesar de ter sido autoria do colunista Anchieta Mendes¹⁵, pelos próprios verbos conjugados na primeira pessoa do plural, podemos observar que está de acordo com o posicionamento oficial do noticioso. É visível que o colunista salienta o problema da extensão dos latifúndios, sendo favorável a reforma de base defendida pelo governo petebista, por considerar necessárias para o desenvolvimento econômico e industrial do país, porém, o colunista expressar a sua desconfiança com a maneira que o governo pretendia executar, como a proposta defendida pelo presidente de reforma a Constituição de 1946, para executar as reformas que eram medidas consideradas controversas pelos setores conservadores.

O jornal *O Dominical*, para Oliveira, foi oposição ao governo João Goulart não por causa do programa de reformas de base, mas devido à forma governamental de como executaria as reformas e por causa da aliança do PTB com os comunistas, assim como, a Igreja Católica foi oposição ao governo devido ao anticomunismo presente na instituição e não por causa das propostas reformistas, como observado a posição da Igreja Católica no Piauí, através do jornal *O Dominical*, a mesma era favorável às propostas de reformas sociais desde que não radicalizassem ou ameaçassem a ordem vigente (OLIVEIRA, 2020, p.488).

¹⁵ Cronista teresinense, católico e colaborador do jornal *O Dominical*.

A própria postura da Igreja Católica em nível nacional e no próprio estado, de ter incentivado a sindicalização rural, a educação de base e a agenda reformista¹⁶, refletia o medo da Igreja, que os comunistas poderiam aproveitar-se da situação de penúria a que a população estava inserida para cooptá-la aos seus ideais. A oposição desse veículo de comunicação aos comunistas, está associada ao seu “lugar social”, pois por ser um jornal católico era contrário a qualquer doutrina secular que ataca a influência da Igreja na sociedade.

Para Oliveira, dos noticiosos piauienses, o jornal *O Dominical* foi o maior propagador das representações anticomunistas no estado, sendo que mesmo com a influência do governo arquidiocesano de Dom Avelar, as representações anticomunistas não diminuíram, mas aumentaram (*Ibidem*, p.437). Podemos observar nesse seguinte fragmento as representações que o jornal difundia sobre a ameaça comunista:

[...] O PC constitui a quinta-coluna no país serviço da potência estrangeira, mantendo estado de guerra-fria. Êsses clandestinos fornecem ao govêrno russo os segredos de Estado dos países livres, tendo a seu cargo a infiltração nos governos locais, a sabotagem, além da formação de quadros e planos para a tomada do poder – finalidade primordial do P C. Farta documentação comprova a ligação dos progressistas e liberais com os comunistas, desde a afinidade de idéias até a colaboração direta mediante alianças táticas [...] (O DOMINICAL, 26/01/1964, p.2).

Observa-se no fragmento do jornal *O Dominical*, escrito pela sua equipe editorial, a difusão da ideia de que o Brasil estava sofrendo o risco de comunização, da invasão “vermelha” a serviço da potência estrangeira – referência União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – que atuava partir do Partido Comunista do Brasil, contudo, é evidente a denúncia do apoio dos setores das esquerdas, inclusive a do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – e do próprio governo Goulart, presente na insinuação que os comunistas são apoiados pelos “progressistas e liberais”.

Entretanto, acreditamos pela análise dos periódicos que o jornal *O Dominical* não espalhavam essas representações anticomunista para deslegitimar o governo petebista perante a opinião pública, pois diferente dos jornais empresariais como *O Dia*, não era oposição as reformas sociais, porém temiam uma possível aliança entre o PTB e o PCB, pudessem causar a implantação do comunismo

¹⁶ Indicamos a leitura de Carvalho (2006) para um aprofundamento nas ações da Arquidiocese de Teresina, no envolvimento das atividades sociais, durante o governo arquidiocesano de Dom Avelar Brandão Vilela em sintonia com a postura da Igreja Católica em nível mundial e nacional.

no poder, esse medo foi motivado pelos editores e colunista do jornal, que concebiam o comunismo como uma ameaça à sua fé, por causa da experiência traumática nos países em que o comunismo foi implantado como regime político (MOTTA, 2002, p.177).

Na análise dessas duas fontes hemerográficas, destacam-se dois pontos de vistas semelhantes no que se refere ao anticomunismo, a favor do *modus operandi* governamental, oposição ao governo Goulart e a radicalização das esquerdas, todavia, por possuírem diferentes público-alvo e os objetivos dos grupos sociais que os representam serem diferentes, os jornais possuíam percepções sociais distintas.

Observamos que o jornal *O Dia*, foi contrário às propostas de reformas de base, em contraponto, o periódico *O Dominical*, possuiu uma preocupação com o bem-estar social dos fiéis, sendo favorável aos projetos de reformas que alterassem as estruturas sociais, todavia, os dois jornais piauienses foram contrários ao governo devido a maneira que seria encaminhado às reformas de base e ao anticomunismo presente na cultura política da sociedade. Desse modo, faz-se necessário investigar a posição da imprensa com a deposição do presidente Jango com o golpe de 64 e a maneira na qual noticiavam esse episódio conforme a narrativa oficial defendida pelos militares.

Golpe x Revolução: os jornais *O Dia* e *O Dominical* e o golpe de 64 (1964-1965)

Com a deposição do governo Goulart por consequência do golpe civil-militar de 1964, foi implantado o governo civil-militar dirigido pelo oficialato militar que teve início com o governo Castelo Branco (1964-1967). Os vencedores do golpe civil-militar, jamais aceitaram representações negativas a intervenção militar, sendo que oficializaram a expressão “Revolução” para aludir ao golpe e ao governo chefiados pelos militares, por sugerir a imagem de um período de mudanças positivas, seja por razões de “[...] propaganda e de estratégia de legitimação [...]” (MOTTA, 2021, p.49).

O historiador Marcelo Ridenti defende que apesar do governo civil-militar não hesitar em usar a repressão quando julgava necessário, preocupava-se em buscar fontes de legitimidade, visto que o golpe foi “[...] dado em nome da democracia supostamente ameaçada [...]” (RIDENTI, 2014, p.30). O regime instaurado para o pesquisador jamais assumiu oficialmente o seu caráter ditatorial, tendo a preocupação de manter a “fachada democrática”. A afirmação ajuda a entender porque os

órgãos de informação do regime e os próprios líderes civis e militares, descartaram qualquer menção a um governo ditatorial, justificando as medidas repressivas por fazerem parte de um governo “revolucionário”.

A imprensa brasileira teve um papel fundamental na derrubada do governo Goulart, por causa da difusão das representações ameaçadoras referentes ao governo, que aludiam ao “perigo vermelho”, inclusive, após o golpe de 64 a grande imprensa em sua imensa maioria – salvo algumas exceções – apoiou o golpe e a ditadura civil-militar, sendo um grande aliado dos militares nas difusões de notícias positivas sobre o governo, apesar das divergências causadas pela censura política a posteriori.

Nesse contexto, os jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, repercutiram os acontecimentos, nas suas manchetes observamos que apoiaram o golpe de 64. O jornal *O Dia*, foi um dos periódicos piauienses que cobriu o golpe de 64, com a manchete intitulada: *Brasil a caminho da paz* (O DIA, 02/04/1964), abordou a intervenção militar com o apoio dos civis em nível nacional. Além disso, abordou sobre Teresina – a capital do Estado – uma imagem de clima e tranquilidade, diferente da situação do Brasil: “[...] indiferente a situação que atravessa o país, o teresinense amanheceu ontem calmo e tranquilo, continuando seu ritmo de vida, já tradicional e dado a quietude e serenidade [...]” (O DIA, 02/04/1964, p.8).

Entretanto, diferente dessa visão tranquilizadora, o Piauí assim como todo o Brasil, sentiu o peso da repressão dos militares contra as lideranças trabalhistas e sindicalistas. O mesmo jornal *O Dia* representou positivamente a repressão militar contra os movimentos populares, os acusando de serem “subversivos”, como podemos observar nesse fragmento:

[...] Já se encontra presos os elementos: José Pereira de Sousa, vulgo Zé Ceará, Secretário Geral do P. C. em Teresina, e recém-chegado da Rússia de onde trouxe abundante material subversivo. Honorato Gomes Martins, Acadêmico de Direito, ativo e perigoso líder comunista no seio dos estudantes e Ligas Camponesas, responsável pelo prédio onde funcionava a sede do Partido Comunista. Jesualdo Cavalcante Bastos. Acadêmico de Direito e Vereador de Teresina pela legenda do P.T.B, elemento comunista de grande atuação nas classes operaria, estudantil e agrícola. Todo material encontrado procedia da Rússia e Cuba [...] (O DIA, 07/04/1964, p.1)

No trecho da coluna escrita pela equipe editorial do jornal *O Dia*, nota-se a divulgação da ação de prisão dos supostos “subversivos” efetuada pela política militar, com a inserção de um perfil dos presos tendo uma insinuação que eram comunistas e estavam a serviço de potências estrangeiras: Rússia e Cuba para justificar as prisões. Vale salientar que esse noticioso divulgou diariamente durante a *Operação Limpeza*¹⁷ no Piauí, os boletins da Guarnição Federal de Teresina com os posicionamentos dos oficiais militares do estado contra a suposta “subversão” que estava sendo encaminhada.

O historiador Castro, destaca que a “ameaça comunista” foi utilizada de maneira recorrente para legitimar a repressão de grupos trabalhistas, estudantis e sindicalistas, acusando-os de “subversivos” e comunistas, esses discursos acusatórios faziam parte de um estereótipo discursivo, que visava: “[...] enquadrar a pluralidade das esquerdas em algo monolítico, para facilitar a adesão social às medidas repressivas dos militares e, ao mesmo tempo, legitimá-las frente à opinião pública [...]” (CASTRO, 2022, p.183).

Inclusive no jornal *O Dia*, após o golpe de civil-militar, o jornalista Simplício de Sousa Mendes, propagava nas suas colunas, artigos anticomunistas que justificavam o perigo do comunismo, com os títulos: *Comunismo e a revolução* (O DIA, 02/04/1964, p.3), *Técnica comunista* (O DIA, 05/04/1964, p.3), *As raízes do câncer* (O DIA, 08/04/1964, p.3), *Terror comunista* (O DIA, 11/04/1964, p.3) e entre outros. Esses artigos anticomunistas propagados no jornal, possuíram o objetivo de justificar a intervenção militar, além de instaurar um medo da sociedade, de um superdimensionado da “ameaça vermelha”, legitimando o golpe de 64 para a população.

As representações sobre a “ameaça vermelha” foi a principal justificativa utilizada pelos editores e colunistas do noticioso *O Dia*, para legitimar que a intervenção militar foi uma “revolução” por ter impedido o Brasil de tornar-se comunista, por ter garantido a “legalidade democrática”, podemos observar essa constatação nesse seguinte fragmento escrito por Simplício de Sousa Mendes no jornal *O Dia*:

¹⁷ Operação Limpeza foi o termo que ficou conhecido os expurgos causados pelo Ato Institucional, com a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), contra os cidadãos acusados de subversão, corrupção e ligação com o comunismo. Os expurgos foram seguidos por demissão de funcionários públicos, cassação de mandatos parlamentares, aposentadoria compulsória de militares identificados com o governo anterior e prisões arbitrárias. A Operação Limpeza reverberou no Piauí e atingiu principalmente, sindicalistas, funcionários públicos e políticos envolvidos nos movimentos sociais (CASTRO, 2022, p.169-205).

A revolução de março de 1964, que pôs termo as desordens generalizadas, ameaçando destruir o regime democrático e precipitando o País no sindicalismo político, quando não no socialismo violento e extremista das chamadas repúblicas populares – a revolução se fez justamente para contrapor as ditaduras, - o respeito e validade das instituições da República, respondendo-as de forma a objetivar uma democracia social – verdadeira e real – não democracia simplesmente política, formal e individualista, - já superada no mundo moderno. Evitar uma democracia desse tipo e a implantação de uma ditadura, - eis o fundamento e o ideal da revolução de março [...]. (O DIA, 06/07/1965, p.3)

No fragmento do jornal na coluna *A Televisão*, com o título: *Revolução de Março e Democracia*, percebe-se que o colunista salienta as principais políticas do “governo revolucionário”, que foi pôr ordem na Nação impedir a implantação do socialismo extremista – alusão ao comunismo – e evitar a implantação de uma ditadura. Essa representação discursiva sobre a “revolução de março” defendida pelo colunista não era aleatória, pois possuía uma raiz social na sociedade, a partir da ideia de que o homem brasileiro era averso ao comunismo, por ser ateu e incompatível com o homem brasileiro, pois possuía uma inclinação ao regime democrático, devido a sua “tradição democrática brasileira” (OLIVEIRA, 2008, p.73).

A ideia de que o Brasil possuía uma “tradição democrática”, foi disseminada no início da década de 1960, com o objetivo de fazer oposição e desgastar o governo Goulart que era considerado “comunista”, forjando a ideia de que o Brasil tinha uma tradição “democrática” e por causa disso não aceitava governos ditatoriais, isto é, identificava ditadura com os governos comunistas e a democracia como o oposto do comunismo.

A construção discursiva dos militares terem protegido a democracia brasileira pode ser constatada no jornal *O Dia*, na cobertura da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que aconteceu no Estado do Piauí¹⁸: “Maior acontecimento cívico já registrado em Teresina – Cerca de 50.000 pessoas participaram do movimento lotando completamente a Frei Serafim – Povo aplaudia entusiasmadamente a Democracia e às Forças Armadas” (O DIA, 14/04/1964, p.1).

¹⁸ A partir da segunda Marcha da Família com Deus pela Liberdade que aconteceu no Rio de Janeiro, por ter sido depois da tomada do poder pelos militares, a Marcha foi chamada de: “Marcha da Vitória”, sendo organizado pelos setores conservadores como um aval da sociedade ao golpe civil-militar de 64. Segundo os historiadores Ferreira e Gomes (2014, p.379), essas marchas aconteceram durante abril e junho, em todas as capitais dos Estados. Essa Marcha aconteceu na capital do Piauí, no dia 14 de abril de 1964.

Não sabemos realmente se teve a participação de 50 mil pessoas em Teresina comemorando o evento na mencionada “Marcha”, todavia, esse evento demonstra como um movimento de nítido caráter anticomunista com forte simbolismo religioso, conseguia mobilizar a população. O movimento foi utilizado pelo jornal *O Dia*, como forma de legitimar o golpe de 64, trazendo a construção simbólica da defesa da religião, família e a democracia. No trecho escrito pelo colunista Simplício de Sousa Mendes em alusão a Marcha, podemos observar o uso da religiosidade e a democracia como forma de legitimar o golpe e o governo ditatorial:

[...] As famílias saíam para as ruas e protestavam, em reuniões compactas e veementes, contra o comunismo materialista, revolucionários e escravizador das nações submetidas. Mas – graças a Deus – as forças armadas do Brasil estavam unidas e acompanhando a ação do govêrno transviado ... E as armas atenderam o clamor e as aflições do povo – comungando com os sentimentos populares e, unidas, cumpriram a missão constitucional de defesa e guarda das instituições nacionais. A República quer reformas, precisa delas, - mas em sentido literal e solidamente construtivo. E daí a Revolução Democrática, que o povo de Teresina comemora [...] (O DIA, 17/04/1964, p.3).

Na coluna, podemos perceber que discursivamente o colunista Simplício Mendes utilizou a “Marcha” que aconteceu em Teresina, para enfatizar que o governo Castelo Branco possuía apoio popular e esse apoio, era devido às Forças Armadas terem atendido o clamor da população e intervindo contra a suposta comunização do país. Esses discursos dos militares terem “salvaguardado a democracia” (CASTRO, 2022, p. 253), dava o sentido a representação de que o 31 de março foi uma “Revolução”, pois além das Forças Armadas supostamente terem defendido a democracia, a “legalidade democrática” e possuíam o aval da população.

A representação do golpe de 64 ter sido uma revolução por ter garantido a “legitimidade democrática”, foi explorado nas colunas de Simplício Mendes no jornal *O Dia*:

Parece até um paradoxo, - mas tamanha foi a preocupação dos líderes, - mentores da revolução de março, - de respeito, o quanto possível, da legalidade instituída, na República, que os objetivos revolucionários mais dominantes a mais sérios, mais necessários e mais alto, - longe estão de ser alcançados totalmente. É verdade que o País entrou em ordem e o povo tranquilizado, se pôde entregar ao trabalho, sem mais apreensões e terror dos comunistas [...] (O DIA, 20/05/1965, p.3)

No fragmento, da coluna com o título *Revolução Legalista*, atentamos neste discurso, que possui diversas seleções discursivas, em enfatizar que o governo mesmo estando no contexto no qual ocorreram prisões, cassações de mandatos e violência política por causa da edição do Ato

Institucional nº1, mesmo assim é salientado que os militares fizeram isso, para estabelecer a ordem e a “legalidade-democrática”, visando o bem-estar do povo que sentia supostamente amedrontado pelos comunistas.

Entendemos que os discursos utilizados pelos colunistas e editores do jornal *O Dia*, que o significado da palavra “revolução” era utilizado para legitimar o governo, dando sentido a essa palavra, principalmente por ter supostamente impedido a comunização do Brasil e estabelecido a “legalidade democrática”, contudo, entendemos que esse entusiasmo dos editores e colunistas do jornal *O Dia*, devido ao seu “lugar social”, pois observamos anteriormente a sua inserção nos grupos conservadores do estado que eram contrários às propostas de reforma de base e da mobilização dos trabalhadores, inclusive foram os principais alvos da “Operação Limpeza” no Piauí, visto que qualquer um que tivesse participação nas reivindicações sociais era considerado comunista (CASTRO, 2022). Essa constatação revela a sua adesão a desestabilização dos movimentos sociais, pois foram reprimidos pelos militares acusados de subversão da ordem e não propunham reformas que ameaçassem a ordem vigente.

No jornal piauiense religioso *O Dominical*, também observamos nas suas representações discursivas uma adesão inicial ao governo civil-militar que foi instalado após o golpe de 64. Assim como o jornal *O Dia*, o anticomunismo foi um dos pilares para adesão do periódico ao governo ditatorial e difundir a ideia de que o golpe de 31 de março foi uma “revolução”, como podemos perceber nesse excerto:

[...] Para nós, o primeiro e o mais importante mérito do movimento revolucionário de então foi cercear a infiltração perigosa do comunismo ateu que se implantava no Brasil, levando o homem a uma luta de ódio e de vingança. [...] O Brasil debatia-se angustiado. Queriam, com o sangue de seu povo, tinturá-lo de vermelho. A Revolução salvou o Brasil de um grande pesadelo. O comunismo estava engatilhado para ocupar o poder [...] (O DOMINICAL, 09/12/1964, p.5)

No fragmento do jornal *O Dominical*, na coluna escrita por Joaquim Castro Aguiar¹⁹, o autor salienta que o principal mérito do “governo revolucionário” foi o impedimento do Brasil ter se tornado uma Nação comunista, na medida que na ótica do colunista os comunistas estavam engatilhados na ocupação do poder.

¹⁹ Foi um piauiense, colunista recorrente do jornal *O Dominical*.

É visível a ênfase no caráter violento e ateu do regime comunista, ressaltando a legitimidade do governo civil-militar por ter tomado o poder dos “vermelhos”, representando o governo civil-militar como “revolucionário” devido ao combate ao comunismo, além de explorar as sensibilidades anticomunistas que a sociedade piauiense possuía, em afirmar que o comunismo pretendia tomar o poder. Percebe-se no trecho, uma estratégia discursiva pautada na exploração da sensibilidade religiosa e anticomunista da sociedade piauiense, para legitimar a sua narrativa.

O anticomunismo correspondeu ao principal motivo que fez a Igreja Católica no Brasil, pelo menos inicialmente apoiou o golpe de 64, entretanto, a historiadora Carvalho (2006) defende que aliança da Igreja no Piauí e o governo civil-militar foi marcado por tensões, principalmente, por que a Igreja que estava comprometida com as ações sociais e era contra o desrespeito aos direitos humanos, visto que a Igreja começou a ser alvo dos militares identificando seus membros como agentes do comunismo²⁰, essas tensões também foram observadas nas páginas do *O Dominical*.

Como já reiterado a Arquidiocese do Piauí, visando aproximar-se com a população mais vulnerável do Estado, incluindo a do campo, causou forte oposição dos setores tradicionais do Estado do Piauí que acusava a Igreja de apoiar o comunismo, a Igreja após o golpe de 64 foi alvo dessas acusações, sendo observado que a mesma utilizou o jornal *O Dominical* para defender-se das acusações:

[...] Só a má fé ou a ignorância irreparável poderiam pretender confundir a pregação católico com a comunista. Aliás, só por absurdo, lógico e de fato, seria possível que a Igreja viesse a confundir se com os comunistas, ou sequer a favorecer os maiores inimigos da evangelização. E na verdade tem-se sempre que reconhecer que é a Igreja a maior força de resistência ao comunismo. O povo brasileiro é contra o comunismo porquê é religioso. O que o povo brasileiro defende contra o comunismo é antes de tudo a Igreja [...]. (O DOMINICAL, 20/12/1964, p.3)

No trecho, escrito pelos editores do jornal *O Dominical*, percebemos que para defenderem os católicos envolvidos nos sindicatos e movimentos sociais acusados de serem comunistas e subversivos, utilizaram nas suas retóricas discursivas o anticomunismo, salientando que é absurdo

²⁰ A historiadora Carvalho (2006) na sua dissertação de mestrado, apontar que devido a aproximação da Arquidiocese do Piauí com os sindicatos rurais, o patrocínio do Movimento de Educação de Base (MEB), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC) e demais organizações católicas que visavam o bem-estar social dos trabalhadores foram alvos da repressão dos militares após o golpe de 64, acusando-os de participantes desses movimentos de católicos “vermelhos”. A repressão dos militares aos movimentos sociais incentivados pela Igreja Católica no Estado do Piauí causou tensões entre o governo ditatorial e a Igreja.

confundir os comunistas com os católicos, pois o comunismo é contra a evangelização por ser ateu, sendo destacado a importância da Igreja contra o comunismo, principalmente, devido o apreço da população aos princípios religiosos.

Essas justificativas de diferenciar-se perante os comunistas, observamos uma raiz fortemente religiosa que expõe o medo que os católicos possuíam com os comunistas, especialmente, devido os seus dogmas religiosos que eram questionados e relativizados pelos mesmos. Segundo o historiador Motta, a Igreja Católica possuía o comunismo como seu inimigo inconciliável, devido a sua doutrina filosófica, pois para os eclesiásticos o comunismo tratava-se de uma nova moral e um modo diferente de interpretar o mundo social, sendo contrário aos principais dogmas católicos, além de negar a existência de Deus, “[...] propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus [...]” (MOTTA, 2002, p.20), ou seja, negava os principais fundamentos da doutrina.

A Igreja Católica no Piauí através do jornal *O Dominical*, como já apontado, não era contrária às reformas de base, mas foi avessa ao governo Goulart por causa do anticomunismo, após o golpe de 64, percebemos que o veículo de comunicação religioso continuava apoiando as reformas, sendo que inicialmente possuía expectativas que as reformas fossem executadas pelo governo civil-militar de Castelo Branco, como podemos observar nesse fragmento:

[...] O Presidente Castelo Branco ... declarou-se um homem de centro-esquerda e disposto a levar com firmeza e determinação, o programa de reformas estruturais que, há *anos* vem emocionando o país. [...]. A intensão reformista do Govêrno vem suscitando, porém, sobremaneira no Congresso Nacional resistências já previstas. As reformas defendidas pelo Marechal Presidente não se coadunam com o espírito de inúmeros revolucionários de abril. O Presidente promete, entretanto, realizar a Lei e efetivar as reformas. Para isto, vem tomando tôdas-as atitudes precisas (O DOMINICAL, 28/06/1964, p.1).

Na representação discursiva construída pela equipe editorial do jornal *O Dominical* destaca na primeira página o suposto apoio do presidente Castelo Branco às propostas de reformas, tendo nessa informação uma conotação positiva. Essa representação, como outras observadas pelo veículo de comunicação religioso, além de demonstrar a continuação do apoio da Igreja Católica no Piauí as reformas sociais – expressa através do *O Dominical* – retrata a expectativa social que os editores do

jornal possuíam com o governo civil-militar no início do regime, que além da contenção da ameaça comunista, o problema financeiro e estabelecer a “legalidade-democrática”, esperavam a aprovação das propostas de reformas social. Apesar de não salientarem a abrangência das reformas, essa representação – e outras que indicavam essa expectativa – demonstra a perspectiva dos editores do jornal na execução da proposta de reformas defendidas anteriormente.

Apesar das tensões que o governo civil-militar causava com a Igreja, como a prisão dos clérigos acusados de serem comunistas devido a aproximação com os movimentos sociais, o jornal *O Dominical* na véspera do aniversário da “revolução de 31 março”, representou positivamente o governo na primeira página:

[...] Encontrando o País em difícil situação no plano econômico e administrativo, não seria fácil a resolução rápida de todos os problemas, [...]. Mesmo cometendo falhas e omissões, é justo ressaltar os aspectos positivos da Revolução, ao fazer cessar o clima de intranquilidade reinante no País e tentar uma obra de objetividade administrativa, cujos resultados, em parte, já aparecem [...] (O DOMINICAL, 28/03/1965, p.1)

No fragmento escrito pela equipe editorial, observamos que o jornal *O Dominical*, apesar de não concordar com todas as medidas do governo civil-militar – podemos ter a hipótese que se refere às reformas não realizadas e das perseguições aos clérigos e leigos envolvidos nos movimentos sociais – continuava apoiando o governo, reconhecendo que o Brasil anteriormente estava pior e que a “Revolução” cessou o clima de intranquilidade, isto é, impediu a comunização do país.

Percebemos que apesar das desavenças do jornal *O Dominical* nas suas representações sobre o governo civil-militar, por causa da repressão aos movimentos populares que atingiu com prisões e cassação de direitos políticos membros da Igreja e leigos, que eram acusados de “subversão”, mesmo assim o periódico continuava apoiando o governo, mas não as suas arbitrariedades. Sendo que esse apoio, foi causado principalmente pelo anticomunismo, inclusive nas representações do jornal quando utilizava a palavra “revolução” para aludir ao 31 de março, percebemos que davam significado e aderiam ao discurso oficial da ditadura civil-militar, afirmando que o governo possuía uma “legalidade democrática” por ter impedido a comunização do país.

Nota-se que os jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, utilizaram discursivamente o significado da palavra “revolução” para aludir ao episódio 31 de março de 1964, a partir do: apoio

popular, o combate aos comunistas e principalmente, pela suposta permanência da “legalidade-democrática”, isto é, dos militares terem impedido a instalação de uma suposta ditadura comunista no Brasil.

As representações difundidas pelo jornal *O Dia* e *O Dominical* sobre o governo Goulart e a posteriori ao governo civil-militar, analisando os discursos dos colunistas e dos editores, percebemos que esses dois veículos de comunicação por motivos diferentes, não apenas apoiaram o governo ditatorial, mas aderiram ao governo, apesar de não concordarem completamente com as medidas repressiva do governo, como observado pelo jornal *O Dominical*.

Considerações Finais

De acordo com o historiador Napolitano, os vencedores dos processos de disputa pelo poder político – como o que aconteceu em 1964 – forjam uma narrativa, visando: “[...] justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos [...]” (NAPOLITANO, 2020, p.313), pois, os governos que emergem de tais disputas, conseqüentemente, são frutos de um processo de ruptura da legalidade constitucional, do que é tido como norma legal do Estado, trazendo a necessidade dos grupos políticos vencedores justificarem seus atos perante a sociedade.

Analisando os jornais piauienses *O Dia* e *O Dominical*, averiguamos que esses dois jornais piauienses refletiram o clima de polarização e radicalização da conjuntura nacional, os dois noticiosos não eram apoiadores do governo João Goulart, principalmente, por causa da cultura anticomunista presente na sociedade, entretanto, percebemos que diferente do jornal *O Dia* - opositor das reformas das propostas de reforma de base e dos movimentos de trabalhadores –, o periódico *O Dominical*, possuía uma sensibilidade social não sendo contra as propostas de reforma, porém temia como poderiam ser executadas pelo governo Goulart, devido ao medo de uma suposta “comunização” da sociedade.

Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, percebemos que os dois jornais representavam positivamente o governo civil-militar. Os jornais *O Dia* e *O Dominical*, representaram que a intervenção militar foi uma “revolução” de cunho “legalista”, por terem supostamente estabelecido a conservação da “legalidade-democrática” e o impedimento da comunização.

Entretanto, observamos que os dois jornais possuíam percepções sociais diferentes, especialmente, devido aos seus “lugares sociais” das fontes hemerográficas.

Percebemos que o jornal *O Dia* possuía uma desconfiança a qualquer proposta de mudança social, sendo que propagaram o perigo da “ameaça comunista”, exaltaram o golpe de 64, o governo ditatorial, as prisões feitas pelos militares que atingiam em especial os sindicalistas e trabalhistas, o suposto apoio popular na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Sendo que esse apoio ao governo ditatorial em nome da “legalidade” e ao combate aos comunistas, mascararam a sua adesão à repressão aos setores populares.

Entretanto, o jornal *O Dominical* apoiou o golpe de 64, o governo ditatorial no início, o combate aos comunistas, porém, não era favorável a repressão militar quando ela atingia os membros da Igreja Católica do Estado que eram envolvidos nos movimentos sociais e quando desrespeitava os direitos humanos, além disso, os colonistas e os editores do noticioso católico, acreditavam que as reformas seriam executadas pelo governo civil-militar.

Consideramos a partir da análise que os dois jornais analisados apoiaram o golpe de 64 e o governo ditatorial, apesar de terem posições diferente acerca das reformas de base e a repressão política, eram favoráveis a repressão aos comunistas, difundia o medo da infiltração “vermelha” e a permanência da legalidade-democrática pelos militares por terem impedido um suposto “golpe” das esquerdas com uma “revolução”. Sendo que os dois periódicos contribuíram e exerceram o papel de legitimar o governo civil-militar perante os seus leitores.

Essas constatações permitem sensibilizarmos para a complexidade da conjuntura histórica e dos sujeitos históricos nas suas decisões em frente a um episódio traumático – um golpe e em seguida um governo ditatorial – além de salientar tendo como fonte dois veículos de comunicação, como um Estado da região Nordeste, foi impactado pelos acontecimentos em nível nacional e como as notícias em nível nacional eram difundidas.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Ação Comunista. **O Dia:** Teresina, 7 de abril de 1964, nº1210, p.1.

AGUIAR, Joaquim Castro. Revolução e Comunismo. **O Dominical:** 6 de dezembro de 1964, nº46, p.3.

Brasil a caminho da paz. **O Dia:** Teresina, 2 de abril de 1964, nº1206, p.1

CASTELO PROMETE EFETIVAR A LEI E REALIZAR AS REFORMAS. **O Dominical:** Teresina, 28 de junho de 1964, nº23, p.1.

EDITORIAL. Igreja & Comunismo. **O Dominical:** Teresina, 20 de dezembro de 1964, nº48, p.3.

Guerra total permanente contra o mundo livre. **O Dominical:** Teresina, 26 de janeiro de 1964, nº4, p.2.

SOARES, Pe. Raimundo José Airesmorais. Ouvindo a Revolução. **O Dominical:** Teresina, 26 de abril de 1964, nº14, p.3.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. **O Dia:** Teresina, 14 de abril de 1964, nº1217, p.1.

MENDES, Anchieta. Revolução Agrária? **O Dominical:** Teresina, 7 de julho de 1963, nº27, p.1.

MENDES, Simplício de Souza. A Alma Cívica do Povo: - Vibrou Espontânea. **O Dia:** Teresina, 17 de abril de 1964, nº1218, p.3.

_____. As raízes do câncer. **O Dia:** Teresina, 8 de abril de 1964, n.1211, p.3

_____. Comunismo e a revolução. **O Dia:** Teresina, 02 de abril de 1964, nº1206, p.3.

_____. Estado Maior da Subversão. **O Dia:** Teresina, 15 de março de 1964, nº1194, p.3

_____. Reformas de Base. **O Dia:** Teresina, 15 de fevereiro de 1964, nº1169, p.3

_____. As raízes do câncer. **O Dia:** Teresina, 8 de abril de 1964, n.1211, p.3

_____. Revolução de Março e a Democracia. **O Dia:** 6 de julho de 1965, nº1507, p.3

_____. Revolução Legalista. **O Dia:** 20 de agosto de 1965, nº1624, p.3.

_____. Terror comunista. **O Dia:** 11 de abril de 1964, nº1214, p.3

Por Deus e Pela Liberdade. **O Dia:** 21 de março de 1964, nº1199, p.8

Primeiro aniversário da Revolução. **O Dominical:** 28 de março de 1965, nº13, p.1.

Teresina: Situação Calma e de Ordem. **O Dia:** 2 de abril de 1964, nº1206, p.8.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Mariana Ligia Coelho (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015 pp.114-134.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. Teresina: UFPI, 2006.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: EDUFPI, 2013.

CASTRO, Francisco J. Leandro A de. **1964: memórias e culturas políticas no Piauí**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1998.

DELGADO; Lucília Almeida Neves; PASSOS, Maturo. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.93-132

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília Almeida Neves (Orgs). **Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.127-154.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Cidadania Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Cultura jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses (1951 a 1954). In: SILVA, Mairton Celestino da; OLIVEIRA, Marylu Alves de (Org). **Histórias: do social ao cultural/do cultural ao social**. Teresina: EDUFPI, 2015. pp.73-102.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo & Argumento**: Florianópolis, v.10, n.23, p.109 - 137, jan./mar.2018.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho:** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

_____. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o Regime Militar:** novas perspectivas. São Carlos (SP): EduFDCar, 2014. pp.9-16.

_____. **Passados presentes:** O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileira. São Paulo: Contexto, 2020.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha- democracia, Deus e terra contra a força comunista:** representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Dissertação (mestrado em história do brasil). Teresina: UFPI, 2008.

_____. **Contra a foice e o martelo:** considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal “O Dia”. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

_____. **Da Terra ao Céu:** Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

_____. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. **Revista Crítica Histórica:** 5(10), p.109-132, dezembro/2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A vida política. In: _____. (Org). **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. pp.75-126.

RIDENTI, Marcelo. As oposições a ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp.30-47.